

## A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DOS PROFESSORES E A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL (1902-1919)

Denice Barbara Catani\*

Em dezembro de 1902, a *Revista de Ensino* (da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo) publica um pequeno artigo intitulado “Norma-listas”, no qual, após referir-se às dificuldades enfrentadas pelas estudantes para conseguirem chegar a obter o diploma, afirma-se:

A solução única é procurar um marido que a ampare e que a proteja, e que possa mais facilmente conseguir, por sua influência eleitoral, melhoria de condições para a professora desterrada. Os 400 mil réis atraem os pretendentes, e não faltará quem queira ter a *profissão* de marido de professora para viver de seu ordenado, sem fazer coisa alguma.

Certamente essa representação, da professora como uma vítima a necessitar de amparo, arriscando-se a encontrar um homem que a protegerá, em troca de viver às suas custas, não é rara em nossa literatura. O que vale a pena observar é a maneira pela qual essas formulações transitam no espaço profissional do magistério e são incorporadas no âmbito das produções especializadas em educação, desde o início da organização do campo educacional. Para tanto, é importante o exame das produções dos próprios professores ou da “imprensa de ensino”, entendida como

O conjunto de revistas que, destinadas aos professores, visam principalmente a guiar a política cotidiana de seu ofício, oferecendo-lhe informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta da classe e a didática das disciplinas.

Considera-se que tal material é um elo indispensável no conhecimento do que tem sido o sistema de ensino. Além disso, é através desse material que se pode apreender as características do discurso que pretende modelar o comportamento dos

\* Faculdade de Educação da USP.

professores de forma a imprimir um modo específico de pensar o trabalho educacional e as relações no espaço profissional. O texto aqui apresentado busca, utilizando-se de material da imprensa periódica educacional paulista, na primeira República, e de informações acerca do movimento de organização dos professores, situar e descrever as referências à atuação feminina nesse espaço.<sup>1</sup>

O advento da República no país traz consigo o empenho dos homens públicos na organização do sistema escolar. Os ideais de desenvolvimento da sociedade pelo progresso e pelo saber traduzem-se em São Paulo em intensa atividade no setor educacional: a criação de escolas, o investimento na formação de professores e a preocupação com a eficiência dos métodos pedagógicos. Com o crescimento do grupo de profissionais da educação observa-se o início de um trabalho de delimitação das questões e de um saber específico pertinente ao trabalho pedagógico. Nesse quadro surgem as tentativas de congregação dos professores, de criação de entidades e manutenção de periódicos especializados em questões educacionais, que divulgam conhecimentos e propagam as opiniões dos profissionais sobre o trabalho, a qualidade de ensino e os projetos pedagógicos.

A leitura dos periódicos, de depoimentos e memórias escritos por educadores da época, evidencia a ocorrência de discussões para se tentar viabilizar a criação de associações de professores (em 1889 e 1895, vêem-se notícias de iniciativas de duração efêmera). Em 1901, cria-se a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, entidade que consegue manter-se atuante até 1919. Constam dos seus estatutos, as seguintes finalidades:

A Associação do Professorado Público do Estado de São Paulo é a reunião de todos os professores públicos, de um e de outro sexo, que aderirem aos presentes estatutos, e terá por fim, não só proporcionar benefícios a cada um de seus membros, mas também promover a elevação moral e intelectual do professorado público do Estado, com a adoção de todas as medidas tendentes a melhorar as condições da classe, tendo sua sede na Capital de São Paulo (art. 1, cap. 1. *Estatutos da Associação Beneficente do Professorado Público*).

A partir de 1902, é possível acompanhar os esforços que foram feitos para a concretização dessas proposições, que definem o âmbito dos serviços da entidade,

1. *Revista de Ensino*, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, São Paulo, Tip. do Diário Oficial, nº 5, dez., 1902. O tema do movimento dos professores e da imprensa periódica educacional paulista na Primeira República encontra-se originalmente desenvolvido em Catani, D. B. *Educadores à meia-luz - Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - 1902-1918*, Faculdade de Educação da USP, tese de doutoramento, São Paulo, 1989. Sobre a definição da “imprensa de ensino” aqui utilizada, ver Caspard-Karydis, P. et alii. *La presse d'éducation et d'enseignement - XVIII siècle*. Paris, 1940, INRP, Éditions du CNRS, 1981, Tome I, A-C, p.8.

mediante os informes publicados pelo seu periódico, a *Revista de Ensino*. O exame desses informes, bem como a leitura das atas das reuniões e assembléias gerais da entidade, além dos artigos, ensaios e editoriais da *Revista*, permitem que se tenha notícia dos rumos seguidos pela entidade. Essa, desde o seu início, incluiu no âmbito de suas tarefas e serviços a defesa do grupo profissional, o aprimoramento intelectual, a prestação de serviços de saúde e a assistência financeira em casos de moléstia, invalidez ou necessidade momentânea, além da assistência jurídica. O cumprimento dessas funções pode ser atestado pelos relatórios apresentados pelas sucessivas diretorias, pelos trabalhos desenvolvidos pela *Revista* e pelas oportunidades em que a Associação assumiu a defesa pública das causas do magistério e dos casos individuais de docentes prejudicados em sua carreira e/ou vencimentos.

Apesar das escassas referências na história da educação brasileira, à atuação das entidades de defesa do professorado, é possível ter notícias de que a iniciativa paulista não foi pioneira. Luiz Antonio Cunha, em um trabalho intitulado *A Organização do Campo Educacional: as Conferências de Educação*, assinala a existência de um grêmio dos Professores Primários, atuante em Pernambuco, pelo menos desde 1879. Citando João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Cunha transcreve as seguintes observações sobre as finalidades do Grêmio, que consistiam em

ampliar e desenvolver a instrução entre seus associados, cuidar do bem-estar dos mesmos, promover o melhoramento do ensino público pelo aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos e criar um montepio em benefício dos sócios.

Lembra ainda o autor que o Grêmio chegou a influenciar a Assembléia Provincial Legislativa, tomar parte em conferências pedagógicas e ser ouvido pelo Inspetor-Geral da Instrução Pública sobre a adoção de livros didáticos, com proposta e atuação semelhantes às que viria a ter a Associação de São Paulo, a existência desse Grêmio obriga ao reconhecimento de que esforços para a organização do grupo profissional podem encontrar, entre nós, raízes bastante antigas. Além disso, vale a pena assinalar que em 1906 a própria *Revista de Ensino* noticia o recebimento de vários periódicos, dentre os quais *A Escola*, do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná, possivelmente uma entidade semelhante à Associação.<sup>2</sup>

2. Cunha, L. A. "A Organização do Campo Educacional: as Conferências de Educação". In: *Educação e Sociedade*, Ano III, nº 9, mai., 1981, Campinas, CEDES/São Paulo, Cortez, pp. 5-48, esp. p.6. As referências de João Barbalho Uchoa Cavalcanti são retiradas, segundo esclarece Cunha, do livro *Estudos sobre o ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte*, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Recife, Tipografia Manuel Figueiroa de Faria, 1879, pp. 289-290. Ver também *Revista de Ensino*, jul., 1906, p.74.

Sobre o processo que resultou na criação da Associação e os esforços anteriormente feitos para concretizar a iniciativa, não se dispõe de muitas informações. É possível, no entanto, encontrar algumas referências no trabalho de Antonio Barreto do Amaral, que trata da existência de revistas culturais, no período republicano em São Paulo. Há, assim, informações sobre o aparecimento, em 1892, da *Revista Moderna*, publicação destinada a assuntos pedagógicos, científicos e literários, que contava, aliás, com a colaboração de alguns nomes que viriam a participar da Associação e da *Revista de Ensino*, como René Barreto e Frontino Guimarães. A *Revista Moderna* dizia, em seu primeiro número, que tinha como finalidade, além do “certame no terreno puramente científico e literário, (...) a defesa da classe do professorado”.<sup>3</sup>

Uma outra informação sobre entidades da categoria aparece numa breve referência, contida na biografia de Carlos Escobar, na *Polianteia* comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal. Afirma-se ali que Escobar fundou, juntamente com José Feliciano e Gabriel Prestes, a primeira associação de sua classe. A partir daí é possível indagar que associação teria sido esta, de vez que tanto quanto se sabe, a Associação Beneficente do Professorado Público teria sido a primeira do gênero em São Paulo (ou pelo menos foi festejada como tal pela própria *Revista de Ensino*). José Feliciano de Oliveira, em sua obra intitulada *O Ensino em São Paulo - Algumas Reminiscências*, ao falar sobre a luta que empreendeu entre 1885 e 1890 pela defesa da instrução pública, faz referência à atuação semelhante de Carlos Escobar, Gabriel Prestes e Arthur Breves, futuro presidente da Associação Beneficente do Professorado. Diz ainda: “Carlos Escobar, Breves e Prestes, em 1889, apoiaram-me numa frustrânea tentativa para agremiar o professorado...”. Acerca dessa tentativa não se conhecem, até o momento, outras informações que não sejam as de José Feliciano.<sup>4</sup>

É possível encontrar, também, algumas menções à existência em São Paulo, em 1895, de uma sociedade denominada Instituto Pedagógico Paulista, que publicava

3. Amaral, A. N. “Nossas Revistas de Cultura: Ensaio Histórico-Literário”. In: *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. CLXXIV, jul./set., 1968, p.125.

4. Oliveira, José Feliciano. *O Ensino em São Paulo - Algumas Reminiscências*, p.15. Mais adiante, na mesma obra, José Feliciano diz ainda que o seu projeto de “agremiar o professorado” tinha como fim a melhoria do ensino, o estímulo ao mestre e a mobilização da classe. “A classe não nos compreende. Sua miseranda condição exigia antes de tudo uma Caixa Beneficente – que achamos prematura (...). Retiramo-nos da reunião e (...) fomos trabalhar para todos em geral, para o ensino de todo o Estado, a fim de beneficiar melhor nossa classe”. Como escreveu isso por volta de 1930, referiu-se também à fundação do Centro do Professorado Paulista, de maneira um pouco descrente: “Vejo pelos últimos jornais que ainda agora estão aí tratando de agremiar o professorado em um Centro, para obter o que em nossa terra é problema social dificultosíssimo – a cooperação (...). Faço votos pelo êxito completo da tentativa” (p.45).

o periódico educacional: *A Instrução Popular*, do qual participavam pelo menos quatro professores que iriam depois atuar na Associação Beneficente: Arthur Breves, Luiz Cardoso, Izidro Denser e Frontino Guimarães. A respeito da finalidade desse Instituto, I. Denser afirmou em janeiro de 1896, quando tomava posse uma nova diretoria:

Já é tempo, senhores, de trabalharmos para a independência e o prestígio da nossa classe: é este o ideal do Instituto Pedagógico, concretizado no seu programa (...) sem uma associação desta ordem o professorado há de ser fraco, vítima de todos os baldões, um pupilo de outras classes e a instrução do povo será uma mentira convencional e, portanto, a liberdade uma utopia, a república um rótulo sobre o despotismo.<sup>5</sup>

Voltando agora à Associação Beneficente, pode-se constatar que, desde o começo de suas atividades, cuidava-se de oferecer aos professores serviços médicos e odontológicos de profissionais que proporcionavam descontos, serviços farmacêuticos, além de assistência jurídica e financeira. De maneira geral, a Associação concebia seu próprio papel como o de promover a congregação do professorado exercendo funções de orientação e assistência. Os *Estatutos* da entidade foram publicados no primeiro número da *Revista de Ensino* e vinham com a assinatura de 31 professores, quando já se havia estabelecido que, para se tornarem válidos, bastaria contar com 20 signatários. Dentre os nomes que se dispuseram a aprovar os estatutos, contavam-se os dos professores das principais escolas de São Paulo, alguns dos quais ocupariam postos de destaque no cenário da educação, a saber: Fernando Martins Bonilha (professor do Liceu de Artes e Ofício e diretor da Associação por longo período) e vários inspetores escolares, como João Chrysóstomo Bueno dos Reis Jr., Romão Puiggari, Mario Bulcão e outros.

As informações acerca do grupo de integrantes da Associação fazem ressaltar sua origem comum – a Escola Normal –, enquanto que o ideal que os congregava era o de poder recuperar para a instrução paulista as luzes do “período áureo”. Concebiam-se como herdeiros de uma tradição que, sem ser antiga, estava, no início do século, ameaçada. A excelência do sistema educacional paulista era, então, o móvel da luta a ser empreendida. Essa luta se fazia ora contra os legisladores, ora contra o próprio Estado, mas nesse último caso, de modo ambíguo, num discurso que preservava o tom conciliatório dos funcionários para com o empregador.

5. Sobre o Instituto Pedagógico Paulista (IPP), ver “Discurso proferido pelo Prof. I. Denser, em sessão do extinto IPP a 18 de janeiro de 1896, por ocasião da posse da nova diretoria”. In: *Revista de Ensino*, jan., 1906, n° 4, pp. 775-777. Rodrigues, J. L. *Um Retrospecto: Alguns Subsídios para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo*. São Paulo, Instituto Dona Ana Rosa, 1930, p.320.

A produção divulgada pela *Revista* da Associação faz propostas de organização dos serviços de ensino, defende a estruturação da carreira para o magistério e enuncia as questões importantes que dizem respeito à pedagogia. Não se volta para os temas amplos da educação nacional, define-se antes como iniciativa local destinada a organizar os professores e veicular suas aspirações quanto à organização do sistema escolar paulista, valendo-se dos princípios descentralizadores consagrados pela primeira Constituição da República.

Ainda sobre a vida da Associação importa assinalar que sua atuação se estende, pelo menos ao que se tem notícia, mediante a *Revista*, até 1919. O último número da publicação é relativo ao ano de 1918, porém editado no ano seguinte. A proposta de desenvolvimento dos serviços assistenciais, médicos e jurídicos, além do papel de catalisadora dos esforços intelectuais para a melhoria do exercício profissional do magistério, também parecem permanecer. Pode-se observar que, apesar de ter nascido em 1901 com apenas 34 sócios, em abril de 1902 já conta com 320 associados (210 no interior e 110 na capital) e, em dezembro desse mesmo ano, com 401 integrantes. Esses números permitem avaliar a importância dada à iniciativa desde o começo, embora não se possa acompanhar o crescimento quantitativo do número de associados ao longo de toda a vida da agremiação, uma vez que não se apresentam essas informações em todos os volumes do periódico. Ainda assim é preciso assinalar que, de acordo com o relatório de Fernando Martins Bonilha relativo ao ano de 1908, o número de sócios entre a capital e o interior chegou a 704.<sup>6</sup>

Dispondo dessas informações sobre a atuação e constituição da Associação Beneficente, pode-se fazer algumas constatações sobre a presença feminina nesse movimento. Os trabalhos que analisam o processo de feminização do magistério evidenciam o fato de que, ao final do século XIX, essa predominância já é bastante significativa. No caso paulista, Zeila Demartini mostra, em *Magistério Primário: de Sacerdócio à Profissão*, que a partir de 1895 já as moças suplantam os rapazes em termos numéricos na Escola Normal

6. Ver "Relatório apresentado pelo Sr. Presidente, em sessão da Assembléa Geral, realizada a 17 de janeiro do corrente ano", de Fernando Martins Bonilha Júnior. In: *Revista de Ensino*, nº 4, dez., 1908, pp. 38-39. Para se ter uma idéia do movimento de professores do Estado, basta que se observe, apenas no que diz respeito ao ensino primário e normal, que em 1904 funcionavam por conta do Estado, entre a capital e o interior, 2504 classes de ensino preliminar, 58 grupos escolares e 6 escolas complementares (de formação de professores primários). Na Escola Normal da Capital, haviam entrado, nesse ano, 286 alunos (Ver "Memorial sobre a educação no Estado de São Paulo", organizado por Carlos Reis, Oscar Thompson e Jorácio Lane para a Exposição Universal de S. Luiz, in: *Revista de Ensino*, nº 6, fev., 1904, pp.547-562).

...provavelmente em virtude da reforma implantada no ano anterior, que ampliara o curso de três para quatro anos e o tornara ainda mais desinteressante para os homens. Com a extensão do Normal, estes teriam de investir mais tempo no preparo para uma carreira que não lhes acenava como promissora.<sup>7</sup>

À época da fundação da Associação, nos primeiros anos deste século, se a predominância feminina era um fato no espaço profissional do magistério, ela praticamente não se fazia notar no movimento da categoria. Entre os 31 e um signatários dos estatutos da Associação não se encontram mulheres, como também não se constata sua presença pelas atas das reuniões da entidade, desde a fundação.

No capítulo XIV dos *Estatutos* da Associação lê-se, sob o título *Dos mordomos e suas atribuições*: “A Associação terá 12 mordomos eleitos entre os professores e professoras residentes na Capital”. Diz-se também que sua eleição será anual e que apenas no primeiro ano serão indicados pela diretoria. Dentre as atribuições dos mordomos contam-se: “Visitar os associados que estejam enfermos”, “dar providências sobre o tratamento médico”, “providenciar sobre despesas de enterros em caso de morte”, além de propor e distribuir auxílios. Acompanhando a vida da Associação, que foi muito atuante no trabalho de conclamação dos professores para a luta pelos seus direitos, observa-se, e essa informação é confirmada pelo exame da própria revista da entidade, na coluna denominada *Movimento Associativo*, que jamais houve um homem ao qual fossem atribuídas as funções de mordomo. Que as funções de benemerência e assistência eram importantes para o professorado e para a associação, atesta o fato de que, nas atas das reuniões e assembléias pode-se verificar uma grande quantidade de pedidos de auxílio e de providências no sentido da prestação de serviços médicos, odontológicos e jurídicos. Aliás, essa característica beneficente da associação é comum à maioria das entidades de defesa de categorias profissionais, naquele momento, como o atestam os estudos sobre o sindicalismo e os trabalhadores brasileiros no início do século.

Assim como não houve homens a desempenhar as funções de mordomo, também nenhuma mulher chegou a pertencer à diretoria da Associação, embora não houvesse quaisquer restrições estatutárias a um ou outro caso. Mesmo tendo a entidade chegado a congregar cerca de 700 associados (o que é um número muito representativo se comparado ao de outras entidades congêneres, conforme se pode constatar pelo estudo *Sindicato e Estado*, de Azis Simão, São Paulo, Dominus/EDUSP, 1966),

7. Demartini, Zeila de Brito Fabri & Antunes, Fátima. *Magistério Primário Como Profissão: Algumas Anotações*, trabalho apresentado na “XIII Reunião Anual da ANPED” (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), UFMG, Belo Horizonte, out., 1990, mimeo.

fica muito difícil estabelecer quantitativamente a participação das mulheres. Se eram muitas as associadas, não há registros dos seus nomes a não ser dispersamente nos livros de atas das reuniões da Associação. Não estavam presentes às reuniões e raramente enviavam colaborações para a *Revista de Ensino*, ou usavam da mesma para emitir suas opiniões. Seus nomes são mencionados, de modo sistemático, para noticiar a eleição das mordomas periodicamente. No entanto, os dados dos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* já dão conta da presença maciça das mulheres nas escolas públicas, em 1907-1908.

Ao se tomar as produções da imprensa periódica especializada em educação, no caso a *Revista de Ensino*, toma-se uma instância interna ao campo educacional e apreendem-se traços da dominação masculina se exercendo na organização desse espaço profissional, no qual a definição do trabalho é feita a partir de atributos que são considerados femininos, à época. Conquanto o exercício da benemerência fosse função importante na Associação, certamente era função menor diante da gerência e administração da própria entidade e das tarefas de produção do discurso legítimo para a formação e orientação do trabalho do magistério. Sobre esse aspecto é oportuno assinalar as observações de Anne-Marie Sohn acerca da participação feminina no sindicalismo, na área da educação, no início do século, na França. Em seu trabalho *Exemplarité et limites de la participation féminine à la vie syndicale: les institutrices de la CGTU*, a autora mostra que, a despeito da representatividade quantitativa, as características da participação das mulheres no movimento, inicialmente, são ligadas a tarefas menores, tímidas intervenções nas assembleias gerais e pouco acesso à imprensa.<sup>8</sup>

Dentre as produções que podem ser lidas na *Revista de Ensino*, o periódico da Associação, encontra-se um artigo que ilustra o jogo de representações acerca da mulher professora e seu trabalho. Trata-se do texto assinado por Jenny Maia e intitulado “Normalistas”, no qual se fala sobre a profissão, que foi publicado em dezembro de 1902. Alguns meses antes, em agosto de 1902, havia sido publicada ao final da revista, uma notícia cujo título era “Jenny Maia” e que agradecia a um “ilustre literato, que usa do modesto pseudônimo, que intitula esta notícia”, a gentileza de ter enviado um conto para ser publicado na seção de *Literatura Infantil*. Dizendo-se honrada, a revista finaliza a nota afirmando que espera que o “espíritos autor” volte a colaborar. Ao que tudo indica, a nova colaboração é justamente o texto “Normalistas”, no qual há um tom geral de desqualificação do trabalho docente, mas evitado de uma suposta piedade no que respeita às mulheres. Consideradas “po-

8. Ver *Revista de Ensino*, ago. 1902, nº 3, p.579 e dez. 1902, nº 5, pp. 925-927.



bres normalistas”, atormentadas por uma formação da qual aproveitam pouco e que as põem, segundo ele, em sobressalto: “pedagogias, mecânicas e astronomias”. São descritas como incapazes e necessitadas de padrinhos que as abriguem e protejam ou vítimas de maridos que as exploram, como já se disse.<sup>9</sup>

A principal questão decorrente da leitura desses textos é a de se pensar sobre o significado de uma revista especializada e produzida por profissionais, abrigar e divulgar essa contribuição, permitindo ao seu autor dar maior respaldo às suas afirmações pelo fato de apresentá-las assinadas por uma mulher. Esse tom ambíguo usado para referir-se ao trabalho feminino apareceria em outras produções e notas do periódico como pode ser, por exemplo, atestado pela leitura das notícias de falecimento que empregam referências sistemáticas a qualidades de dedicação e de afeto para elogiar as professoras, ficando reservadas ao elogio fúnebre dos homens as expressões ligadas às referências aos atributos intelectuais. É ainda digno de nota que, na maioria, as referências ao trabalho da professora sejam feitas, no periódico, vinculadas aos aspectos afetivos considerados essenciais para o êxito da tarefa educativa. Assim, se poderia dizer que a *Revista*, como porta-voz da Associação, encamparia a tese da maior adequação da mulher ao trabalho educativo, tese essa que, vários estudos já demonstraram, acaba por estabelecer-se, entre nós, sustentada pela argumentação que naturaliza as vocações e destina aos homens, o trabalho, gestão, orientação e produção dos discursos ordenadores do campo educacional.

### Referências

- Amaral, A. N. “Nossas Revistas de Cultura: ensaio histórico-literário”. In: *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. CLXXIV, jul./set. 1968.
- Caspard-Karydis, P. et alii. *La presse d'éducation et d'enseignement - XVIII siècle* - Paris, 1940, INRP, Éditions du CNRS, 1981, Tome I, A-C.
- Cunha, L. A. “A Organização do Campo Educacional: as Conferências de Educação”. In: *Educação e Sociedade*, Ano III, nº 9, mai., 1981, Campinas, CEDES/São Paulo, Cortez.
- Demartini, Zeila de Brito Fabri & Antunes, Fátima. *Magistério Primário como Profissão: algumas anotações*, trabalho apresentado na “XIII Reunião Anual da ANPED” (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), UFMG, Belo Horizonte, out. 1990, mimeo.

9. Ver *Revista de Ensino*, ago. 1902, nº 3, p. 579 e dez. 1902, nº 5, pp. 925-927.

- Oliveira, José Feliciano. *O Ensino em São Paulo – Algumas Reminiscências*. São Paulo, Tipografia Siqueira, 1932.
- Revista de Ensino. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial. Números: 3, 1902; 5, dez./1902; 6, fev./1904; 4, jan./1906; jul./1906; 4, dez./1908.
- Rodrigues, J. L. *Um Retrospecto: Alguns Subsídios para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo*. Instituto Dona Ana Rosa, São Paulo, 1930.
- Simão, Azis. *Sindicato e Estado*. Dominus/EDUSP, São Paulo, 1966.
- Sohn, A.-M. “Exemplarité et limites de la participation féminine à la vie syndicale: les institutrices de la CGTU”. In: *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*. Tome XXIV, Juillet/Septembre, 1977, pp. 393-414.